



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA
COMITÊ GESTOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ GESTOR DA ICP-BRASIL, EM
25 DE JUNHO DE 2013.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2013, nas dependências da sala de reuniões do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, situado no endereço SCN Qd. 02 Bl. E, na cidade de Brasília/DF, com horário de início às 14h30, reuniram-se os membros, Titulares e Suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil – CG ICP-Brasil, servidores do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e alguns ouvintes para participar da Reunião ordinária do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Estavam presentes: Renato da Silveira Martini (Secretário Executivo do CG ICP-Brasil e Diretor-Presidente do ITI), Maurício Augusto Coelho (Diretor da DINFRA/ITI – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Pedro Paulo Lemos Machado (Diretor da DAFN/ITI – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI), André Pinto Garcia (Procurador Chefe da Procuradoria Especializada do ITI), Adriana Fetter (Chefe de Gabinete e Assessora da Secretaria Executiva CG ICP-Brasil), Jacob Batista de Castro Júnior (Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Alexandre Cardoso de Barros (Titular do Ministério da Justiça – MJ), Raphael Mandarino Junior (Titular do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR), Francimara Teixeira Garcia Viotti (Titular da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos), Manuel Dantas Matos (Titular da Camara e-Net), Ricardo Felipe Custódio (Titular da Sociedade Brasileira de Computação – SBC), Natan Schiper (Titular da CNC-Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Villian Bollmann (Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE), Marconi dos Reis Bezerra (Suplente do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR), Patrícia Paiva (Suplente da Camara-e.Net), Lucas Souto (Representante por procuração do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC), Eduardo de Magalhães Lacerda (Assessor Especial do Diretor Presidente do ITI), Ruy César Ramos Filho (Assessor da Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI), Maria

Isabel Araújo Silva dos Santos (Assessora do Gabinete do ITI), Edmar da Silva Araújo (Assessoria de Comunicação do ITI), Pedro Pinheiro Cordoso (Coordenador Geral da Auditoria e Fiscalização do ITI), Wilson Roberto Hirata (Coordenador Geral de Normalização e Pesquisa do ITI), André Machado Caricatti (Coordenador Geral de Operações do ITI), José Rodrigues Gonçalves Junior (Coordenador Geral de Segurança da Informação do ITI), Alexandre Menezes Ribeiro (Assessor Técnico da DAFN/ITI), Gilberto de Oliveira Netto (Representante da Comissão Técnica Executiva - COTEC pelo Ministério da Fazenda), Paulo Kulikovsky (Representante da Comissão Técnica Executiva – COTEC pela Câmara e-Net), Wander Blanco Nunes (Representante da Comissão Técnica Executiva – COTEC pela FEBRABAN), Victor Murad (Convidado da PRODEST – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo), Alexandre Mataranga (Convidado da PRODEST), Carlos Collodoro (Convidado da IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), Alexandre Araújo (Convidado da IMESP), Saulo Marques (Convidado da IMESP), Márcio Nunes (Ouvinte da VALID), Carlos Campana (Ouvinte da VALID), Paulo Veloso (Ouvinte da empresa Thalles), Michel Medeiros (Ouvinte da Soluti), Vinicius Sousa (Ouvinte da Soluti), conforme lista de presença anexa, para tratar da pauta a seguir:

PAUTA

Pedida a inversão de pauta e com o aceite dos membros do CG ICP-Brasil, Dr. Renato inicia a reunião.

1-Apresentação PPP – Parceria Público e Privada (São Paulo – Governo) “Para provimento do Cartão São Paulo” - alteração Res. 84 (RIC)

Dr. Renato iniciou a reunião convidando os representantes da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP, que apresentaram o tema acima proposto. Alexandre Araujo da IMESP após agradecimentos ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI pelo apoio prestado, ressaltou a importância da Parceria Público e Privada que levará a cabo o projeto “Cartão São Paulo”. Carlos Collodoro, consultor da IMESP, apresentou o projeto sobre a “Identificação Digital” enfatizando que com o uso do “Cartão São Paulo” o cidadão paulista poderá exercer sua cidadania com o Governo de SP, agregando serviços. Victor Murad, representante da PRODEST, que lidera projeto de PPP semelhante no Estado do Espírito Santo para provimento do “Cartão Cidadão”, convidado a falar, destacou a oportunidade do projeto diante da vontade política do momento, e dos grandes desafios apresentados (infraestrutura de identificação do estado; viabilizar o cartão RIC no futuro – emissão do “Cartão Cidadão” junto à identidade (RG) em papel; e a inclusão do certificado digital no “Cartão Cidadão” sem custos para o cidadão). O aspecto “fraude”, a prática da

“desmaterialização” de processos, e a substituição do PIN pela biometria foi igualmente enfatizada. Tanto no projeto de São Paulo, como no projeto do Espírito Santo, está prevista a inclusão de certificados digitais ICP-Brasil nos respectivos cartões eletrônicos. Dr. Maurício fez um breve relato dos acompanhamentos do ITI nos projetos, destacando que, frente às consultas realizadas junto ao ITI, haverá necessidade de ajuste a apenas uma norma que trata do RIC na ICP-Brasil, a Resolução nº 84, para que esta admita outros projetos de identidades eletrônicas oficiais providas no âmbito de qualquer estado federado brasileiro. Quanto a outras consultas: certificado digital para menor, já está previsto dentro das normas da ICP-Brasil, ainda que seja hoje uma excepcionalidade; há a possibilidade de se trabalhar ainda com certificados de atributos, também já regulamentado pela ICP-Brasil, ou ainda se estudar a possibilidade de regulamentação de um novo tipo de certificado a exemplo do que ocorre em outros países: certificado de autenticação; substituição do PIN por biometria: não há necessidade de norma específica, uma vez que bastaria as ACs adequarem suas PCs para prever tal situação. Outros assuntos estão sendo tratados com o ITI e os Estados, o que oportunamente será trazido ao Comitê. Francimara conselheira da FEBRABAN elogiou a iniciativa ao utilizar várias características da biometria, ressaltou a importância da interoperabilidade e da normatização. Prof. Custódio, membro da Sociedade Brasileira de Computação, teceu alguns comentários técnicos e colocou o LABSEC à disposição para compartilhamento de conhecimentos, e solicitou a comparação entre o RIC e os cartões dos projetos apresentados. O Sr. Colodoro, consultor da IMESP, diferenciou os dois tipos de cartões dizendo que não é necessário o padrão ICAO para o “Cartão São Paulo”, uma vez que este só servirá para tramitação dentro do Estado, não servindo portanto como documento de viagem. Dr. Pedro Paulo destacou o projeto piloto com o ICESP – Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, sobre a dispensação eletrônica de remédios de alto custo para pacientes em tratamento, que pode induzir o trato do assunto junto ao Conselho Federal de Farmácia. Dr. Renato agradeceu e teceu comentários finais sobre as futuras consultas públicas que os Estados realizarão, e prosseguiu com a pauta.

2-Minuta de Resolução que regulamenta a portabilidade de Solução Tecnológica da AC Subsequente à AC Raiz, no âmbito da ICP-Brasil - Dr. Maurício fez um resumo das discussões que ocorreram na reunião da Comissão Técnica Executiva - COTEC, realizada nos dias 3 e 4 de junho, disponibilizadas no *youtube*, destacando, principalmente, os comentários apresentados pelo Sr. Paulo Kulikovsky e pelo Sr. Gilberto Netto, quanto ao mérito da proposta, como: não clareza dos benefícios com a “obrigação”, que traria impactos gerando aumento de preço de emissão; necessidade de outras regulamentações, além das técnicas, como: plano de continuidade que tratasse

outras situações (falência, fusão, etc); o fato de que caso se queira trocar de PSS, hoje já é possível, não há impedimento legal, apenas necessidade de correspondente tratamento contratual; a “obrigação” porém poderia trazer problemas técnicos e de custos. Representante da FEBRABAN havia apontado necessidade de ajustes de redação, caso a proposta avançasse, se comprometendo a enviá-los, porém ainda não o fez. O representante do Ministério da Fazenda, Gilberto Netto, destacou que ACs *online* públicas, como a Presidência da República e a Casa da Moeda do Brasil, teriam dificuldades de adequação. Solicitou que se retomasse a proposta original, onde seriam obrigadas somente as ACs de 1º nível *offline*. Dr. Renato abriu para debate. Sr. Alexandre da PRODEST, representando a AC de 2º nível do Estado do Espírito Santo, colocou as dificuldades no momento da renovação, onde ocorre outra licitação e nem sempre o PSS se mantém – problema que é vivido por outras ACs públicas. A Sra. Francimara esclareceu que havia solicitado que se debatesse melhor a portabilidade para as *offline* e *online* sob a ótica da continuidade. Dr. Renato apresentou a motivação inicial da questão, concordou que o assunto não saiu amadurecido da COTEC e destacou as diferenças de interesse das ACs públicas e privadas. A proposta que saiu da COTEC é inócuo, apenas obrigar ACs *offline* do uso. O conselheiro Manuel Matos diz que o objetivo foi atingido, o debate, apenas que ainda não houve tempo suficiente para aprofundá-lo. A Camara-e.Net não acha que a resolução deva ser abandonada, mas promover um estudo mais aprofundado para ser apresentado, e um modelo melhor, documentado e mais consistente ser então deliberado. Dr. Pedro Paulo corroborou com as palavras do Manuel Matos, que trouxe a preocupação à auditoria e fiscalização do ITI quanto ao risco sistêmico da ICP-Brasil com o crescimento da estrutura, que agiram prontamente e com pró-atividade ao trazer para este Comitê o problema e uma sugestão de solução, estando isso registrado nas reuniões realizadas. O conselheiro Jacob, do MPOG, ponderou que, considerando-se a continuidade dos negócios, foi realizado o mapeamento dos riscos, e que agora é necessário pensar o que fazer para tratar esses riscos, sendo favorável à continuidade do debate. ENCAMINHAMENTO: continuar o debate no âmbito da COTEC com a criação de um grupo de trabalho, que realizará um estudo aprofundado, com mais tempo, que contemple não só a questão técnica, mas também a gestão da continuidade de negócio.

3-Minuta de Resolução que altera a Estrutura do DN-Distinguished Name - Dr. Maurício relatou as discussões apresentadas na reunião da COTEC, que não recomendaram a proposta na forma apresentada, por apresentar diversas dificuldades, como: problemas advindos do uso da tabela de municípios do IBGE quanto à consulta, atualização, o fato de não contemplar localidades para brasileiros que residem fora do Brasil. Acarretariam mudanças e atualizações constantes nas aplicações das ACs. Possíveis problemas com as aplicações por não tratarem essa

alteração no DN. Foi sugerido que trabalhassem melhor a Instrução Normativa IN 06. Ao trazer mais informações para dentro dos certificados, se aumentaria o tamanho dos certificados, o que pode ser um problema, por exemplo, no caso da FEBRABAN – que sugeriu ainda a retirada dos dados de zona e seção eleitorais. A padronização, nas bases das ACs, sobre os municípios é necessária, mas deve ser implementada de outra forma. Questões sobre os certificados T3 e T4 também foram colocadas. A Camara.e-Net disse estar patrocinando um mestrado sobre governança pertinente ao debate e que será encaminhado para os membros. Francimara apontou possíveis problemas de disponibilidade devido às alterações dos sistemas com as mudanças. Professor Custódio concorda que o certificado deve ser mais “limpo” e sugeriu a existência de outras soluções para resolver a questão da localidade. Dr. Pedro Paulo disse que ao colocar tanta informação no certificado não haveria necessidade da IN 06. ENCAMINHAMENTO: recusa da proposta na forma apresentada. Aguardar o estudo da Camara.e-Net para apoiar o entendimento da questão. Assim, o mérito continua em apreciação, pois o ITI é demandado por informações detalhadas para as políticas públicas. Continua a pauta.

4-Logotipo da ICP-Brasil - Edmar apresentou o manual de uso da marca ICP-Brasil – versão 2 para aprovação do Comitê. Este manual ajusta a marca às normas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Destacou a necessidade de alteração na resolução 82. O motivo é padronizar as características do uso da marca nos diferentes meios. O Coordenador Hirata apresentou a necessidade de alteração da resolução: parágrafo 1º retirada a necessidade de “anexo a esta resolução” para publicação no DOU, pois o manual contém muitas figuras e o manual já está disponível no site do ITI. ENCAMINHAMENTO: Aprovado por unanimidade. Segue a pauta.

5-Apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho – PAdES - Hirata apresenta a proposta do grupo: 1) sugere a regulamentação do PAdES propondo este como política de assinatura para a ICP-Brasil. 2) desenvolvimento de *plug-in* para que o *Adobe Acrobat Reader* possa validar assinaturas neste padrão. Dr. Renato abre a discussão com os temas: 1) necessidade da ICP-Brasil regulamentar o padrão PAdES, que é utilizado largamente. Ao longo do trabalho do grupo houve dificuldades com a empresa *ADOBE*, que não fará exceções para o Brasil, o que requer então a inserção do *plug-in*. 2) O *plug-in* precisa ser desenvolvido. Prof. Custódio lamenta a posição da *ADOBE* que prejudica a todos ao não reconhecer a política de assinaturas da ICP-Brasil. Sugere desenvolver o *plug-in* e embarcá-lo no instalador, o que tem que ser conversado com a *ADOBE*. Francimara sugeriu exigir licitação para isso e assim incentivar o mercado para desenvolver o *plug-in*. Dr. Maurício elogiou os trabalhos e a interação da *ADOBE* e a possibilidade de ser aceito o *plug-*

in, que, deve ser desenvolvido e mantido ao longo do tempo. Porém, as soluções genéricas podem ter o nosso padrão. E que por coerência podemos aprovar a regulamentação PAdES, como foi feito com outros padrões. Manuel Matos, concorda com a proposta do LABSEC, que já tem *expertise* em desenvolver aplicações para a ICP-Brasil e contato com a *ADOBE* para que desenvolva o *plug-in*. O assessor Ruy Ramos cita que o verificador de assinaturas desenvolvido com o LABSEC é o primeiro ponto de uso do *plug-in*, e pode ser feito para o PAdES e disponibilizado no site do ITI, e assim, incentivar os desenvolvedores. Dr. Pedro Paulo detalhou alguns pontos do relatório do grupo. Dr. Maurício destacou que o diálogo com a *ADOBE* deve continuar, porém, não devemos ficar parados no assunto. ENCAMINHAMENTO: aprovar a regulamentação, a criação de grupo de trabalho para fazer as especificações e produzir o correspondente DOC-ICP. A questão do desenvolvimento do *plug-in* para disponibilizar à sociedade continuará a ser estudada. Segue a pauta.

6-Informes Gerais - Lançamento do “Mapa da Certificação Digital ICP-Brasil” pela Fenacon em 27 de junho no ITI. Dr. Renato convidou todos os presentes para participarem e o assessor Ruy fez o relato, que o ITI apoia institucionalmente e hospedará o evento que é resultado do Grupo permanente que trabalha o uso da certificação digital em conjunto com a FENACON. Representa uma forma de massificação e demonstração da certificação digital.

6.1 - CertForum – o assessor Edmar falou da etapa única Brasília, que acontecerá nos dias 11 e 12 setembro de 2013, convidando todos os presentes

6.2 - Manuel Matos destacou que a Revista TEMA do SERPRO, que apresenta na sua capa imagens de *smartphones* e *tablets*, e solicita que o tema seja debatido na próxima reunião. O pedido foi lido (anexo à ata) na reunião, para estudos quanto a certificação digital. O pedido foi acatado e será encaminhado aos membros.

6.3 – Dr. Mandarino falou da necessidade de uma ação conjunta para o uso da criptografia de estado para documentos sensíveis e gostaria de ter certificação específica para o governo. Dr. Pedro Paulo colocou a oportunidade do desenvolvimento da V3 para AC Defesa. O representante Mandarino ainda deu depoimento que precisava de um certificado A3 e relatou os problemas por ele enfrentados e o despreparo dos prestadores de serviço, além do problema da procuração eletrônica. Sugere olhar para a base dos usuários. O Dr. Renato colocou a preocupação do ITI em simplificar sempre o processo da ICP-Brasil, que é complexo, porém as ferramentas atuais são bem mais ágeis. O ITI vê na biometria um excelente caminho para a simplicidade, rapidez, menos custo e segurança. O conselheiro Natan endossa as palavras sobre a questão.

Após apresentação de todos os itens da pauta Dr. Renato deu por encerrada a reunião.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI
Secretário Executivo do CG ICP-Brasil